

# Biopolítica, desenvolvimento urbano sustentável, produção do espaço e paisagem

Tadeu Starling<sup>1</sup>

## 1. Articulações primeiras

As deficiências do desenvolvimento urbano sustentável parecem se constituir como brechas por onde talvez seja possível criar e potencializar resistências através da gestão do comum. A idéia-força central no âmbito da corrente majoritária do desenvolvimento urbano sustentável, segundo Souza (2006, p. 146), é representada pelo binômio *modernização com sustentabilidade ecológica* das cidades, com base no qual se analisam diferentes tipos de problemas ambientais no meio urbano, as necessidades materiais das populações urbanas e o problema da pobreza, estabelecendo vínculos entre eles. Há uma situação de tensão entre, de um lado, o crescimento econômico como “imperativo estratégico” face ao desafio da pobreza - que é colocada como importante fator de degradação ambiental - e, de outro, a necessidade de proteção ambiental. Embora esse autor afirme que uma das deficiências de quase todas as teorias e estratégias de planejamento (tanto as conservadoras como as apoiadas no pensamento marxista) foi justamente a negligência maior ou menor para com os condicionantes ecológicos, o *ecocentrismo* (a “saúde ecológica” das cidades tomada como centro das atenções) e a falta de questionamento substancial do modelo civilizatório capitalista constituem o cerne dos problemas do desenvolvimento urbano sustentável.

Hardt (2012) tece considerações em relação às formas diferentes do comum que os movimentos sociais anti-capitalistas e os movimentos sociais de cunho ecológico em geral focam, embora ambos estejam centrados na gestão do comum, terreno central da luta biopolítica em vários contextos políticos. Para os movimentos sociais anticapitalistas o comum se refere a produtos de trabalho e criatividade humanos (idéias, conhecimentos, imagens, códigos, afetos e relacionamentos sociais), é um comum social/econômico ou comum artificial, sendo que os discursos se concentram na

---

<sup>1</sup> Arquiteto e Artista Plástico - Doutorando em Arquitetura e Urbanismo na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. [tadeustarlingbh@oi.com.br](mailto:tadeustarlingbh@oi.com.br)

natureza aberta, ilimitada da produção do comum, colocando os interesses da humanidade como centrais. Já para os movimentos sociais de cunho ecológico em geral o comum se refere à Terra e seus ecossistemas, é um comum ecológico ou natural, e seus discursos ressaltam os limites do planeta (“não existe planeta B”) e das formas de vida que interagem com ele, revelando uma esfera de interesse muito mais ampla que os mundos animal e humano. As lutas pelo comum nos dois domínios geram antinomias conceituais, políticas e desafios para sua superação.

Por outro lado, ainda segundo Hardt (2012), ambas as formas do comum focadas por esses movimentos desafiam e são deterioradas pela propriedade, ambas confundem as medidas tradicionais de valor econômico e impõem o valor da vida como única escala válida de valoração (aproximações entre esses dois comuns, sob o ponto de vista biopolítico). São essas qualidades compartilhadas pelo comum nos dois domínios é que devem constituir o fundamento para conectar as formas de ativismo político em busca da autonomia e da gestão democrática, ou seja, a tarefa desses movimentos hoje é captar as antinomias do comum e criar novas plataformas conceituais e práticas, através de um esforço coletivo, caminho, no caso em questão, para se pensar a relação sociedade-natureza sem se submeter aos agenciamentos de poder de um capitalismo ecológico. Segundo Monte-Mór (1994), os ecólogos e ambientalistas parecem ter dificuldades em pensar a ecologia e a biodiversidade no nível do ambiente construído:

[...] a dicotomia do período moderno se mantém: os cientistas sociais pensam o espaço construído, onde a lógica da reprodução repousa na dinâmica social, ou o espaço transformado, onde a lógica da reprodução repousa na dinâmica natural a partir da intervenção de processos sociais. Os ecólogos, por sua vez, pensam apenas os espaços naturais, aqueles cuja reprodução e regeneração se centram nos processos biológicos. Os espaços urbano-metropolitanos permanecem como espaços mortos, no nível das ciências ambientais e ecológicas. (MONTE-MÓR, 1994, p. 6).

Se for possível afirmar que o meio ambiente, o patrimônio histórico e a mobilidade correspondem a três lugares usados politicamente pelo capital para fundamentar discursos de exclusão, só haverá, segundo Guattari (2006, p. 9), uma “verdadeira resposta à crise ecológica [...] em escala planetária” através de “uma autêntica revolução política, social e cultural, reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais”, sendo que “essa revolução deverá concernir [...] não só às relações de forças visíveis em grande escala, mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo”. “Se a questão ambiental recoloca a questão central da relação cidade-campo” (MONTE-MÓR, 1994, p. 8), que tipo de microresistências podem ser induzidas e/ou potencializadas na luta pelo

“aprimoramento das formas de ocupação e produção do espaço social”? “Virtualidades integradoras da natureza e do *habitat* humano” (MONTE-MÓR, 1994, p. 6), são ainda impensáveis? Seria possível sustentar a tese que defende que o diagnóstico paisagístico “é um instrumento privilegiado do início de um processo participativo de reflexão sobre o futuro de um território”<sup>2</sup>, ao justificar intervenções e dar suporte ao processo de negociação entre os diversos atores envolvidos na organização do território, partindo do princípio de que a paisagem não é um elemento estático?

Enfatizando uma distinção indispensável, ou seja, a de que a paisagem não é o ambiente, sendo este o lado factual de um meio, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza, Berque (1995) afirma que a paisagem é o lado sensível dessa relação e que, portanto, depende de uma subjetividade coletiva. A integração da paisagem nas políticas de ordenamento do território e de urbanismo, e nas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e econômica, ou seja, a instituição de uma política da paisagem, como propõe a Convenção Européia da Paisagem (2000), através de procedimentos para a participação do público, das autoridades locais, regionais e de outros intervenientes interessados, vem se agregar ao elenco dos processos capitalísticos de subjetivação? “Como produzir novos agenciamentos de singularização que trabalhem por uma sensibilidade estética e ao mesmo tempo por transformações sociais em nível dos grandes conjuntos econômicos e sociais”? (GUATTARI; ROLNICK, 2011, p. 29 e 30).

[...] apesar da precariedade e dos fracassos [de difíceis e problemáticas tentativas de singularização], apesar de estarmos todos dispersos, perdidos, invadidos pela angústia, pela loucura e pela miséria, elas se encontram em ruptura com a produção de subjetividade industrial do Capitalismo Mundial Integrado, [...] desencadeiam processos de reapropriação dos territórios subjetivos. (GUATTARI ; ROLNICK, 2011, p. 56).

Para Souza (2006, p. 519) o planejamento urbano e a gestão urbana são meios para se promover o desenvolvimento sócio-espacial da cidade, entendido como “um processo de mudança social positiva no meio urbano, contemplando tanto as relações sociais quanto a espacialidade, visando a ganhos crescentes de autonomia individual e coletiva e em que se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social”.

Para esse autor, embora a dimensão técnico-científica deva necessariamente fazer parte da orientação de propostas de intervenção, mudar a cidade é uma questão

<sup>2</sup> La Charte Paysagère, outil d'aménagement de l'espace intercommunal - Sous la direction de Yves GORGEU et de Catherine JENKINS - Editions de La Documentation Française, 1995, *apud* PEREIRA, [20- -], p. 2.

política e uma tarefa coletiva, sendo que as experiências de orçamento participativo mais consistentes, representativas de uma espécie de “co-gestão” entre Estado e sociedade civil, “fornecem uma comprovação empírica de que a criatividade e a resistência não sucumbiram ao conformismo”. Ainda segundo Souza (2006, p. 524), muita coisa não tem a ver com parcerias Estado/sociedade civil ou iniciativas formalizadas. Resistências, ainda que mais táticas que estratégicas florescem em muitos lugares, dando lugar a refuncionalizações e reestruturações espaciais que ocorrem cotidianamente, o que, sob um ângulo autonomista, lembra ao planejador crítico que sua verdadeira preocupação deve ser com a autonomia dos sujeitos e não com a ação estatal mais eficaz e eficiente. Em uma perspectiva autonomista, cumpre descentralizar radicalmente a própria idéia de planejamento e gestão urbanos [...] não apenas o Estado deve planejar e gerir. [...] Grupos da sociedade devem buscar qualificar-se e organizar-se para planejar e gerir seus espaços (seus destinos), às vezes com o Estado (pressionando-o e conquistando parcerias autênticas e delegação de poder), às vezes à revelia do Estado e, muitas vezes, resistindo. (SOUZA, 2006, p. 525).

Quando se coloca a questão do crescimento e expansão das cidades e, portanto, do planejamento e gestão urbanos desejáveis, coloca-se também a problemática da transformação das paisagens. Segundo Collot (1995), paisagem se define a princípio como espaço percebido, “o aspecto visível, perceptível do espaço” (Dollfus, *L'Analyse géographique*), sendo que “esta percepção [...] não se limita passivamente a receber os dados sensoriais, mas os organiza para lhes dar um sentido. A paisagem percebida é, portanto, já construída e simbólica” (COLLOT, 1995, p. 210). “[...] Ela é tanto da ordem do espaço concreto quanto de nossas representações” (CHABASON, 1995. p. 262), o que evoca duas noções, a de território e a de territorialidade, conforme Haesbaert (1994) as define. Para esse autor, o território se traduz por um *continuum* que vai da dominação política mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica”, enquanto a territorialidade se refere ao modo como as pessoas utilizam a terra, organizam-se no espaço e dão significado ao lugar, em sentido político e econômico-cultural. Controla-se uma “área geográfica”, ou seja, o “território”, visando “atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos” (SACK, 1986, *apud* HAESBAERT, 1994, p. 3).

Essas considerações permitem evidenciar a dimensão que, no âmbito de uma sociedade de controle, o desenvolvimento e implantação de políticas de paisagem alinhadas com o desenvolvimento urbano sustentável podem alcançar, na esfera do

biopoder, ou poder *sobre* a vida. Como observa Pelbart (2001), no tempo do Império, essa nova estrutura de comando, pós-moderna, descentralizada e desterritorializada, correspondente à fase atual do capitalismo globalizado, como definem Toni Negri e Michael Hardt<sup>3</sup>, a defesa da vida tornou-se um lugar comum, vida tornou-se o alvo supremo do capital e tornou-se também “o” capital por excelência. Como forma de resistência, “todos e qualquer um, ou seja, cada parte da rede pode se tornar um vetor de valorização e de autovalorização. Isso configura a biopotência do coletivo, a riqueza biopolítica da multidão, a caminho de uma democracia biopolítica.” (PELBART, 2011, p. 24).

## 2. Da paisagem ao espaço

Partindo da já citada afirmação de Collot (1995), de que a paisagem se define a princípio como espaço percebido, “o aspecto visível, perceptível do espaço”, algumas articulações são necessárias para estruturar interrelações desse conceito com a produção do espaço contemporâneo. Como aspecto visível, perceptível do espaço, a paisagem reflete as transformações que são operadas sobre ele através de um conjunto de ações humanas, ou seja, por processos de ordem sócio-político-econômica ao longo da história. Em sentido amplo, por processos que se inserem na cultura. Se o processo de percepção da paisagem já a torna “construída e simbólica”, como já citado anteriormente em Collot, é possível, por esse viés, sustentar a afirmação de que toda paisagem é, em sentido amplo, uma paisagem cultural.

“Estudar uma paisagem é descrever formas, uma composição, é evocar a ocupação do espaço pelo homem, analisar a evolução deste território.” (CHABASON, 1995. p. 262). Nesse sentido, a abordagem das questões evocadas pela paisagem revela um campo multidisciplinar de análises sobre a produção do espaço, para além da simples expressão do visível. A este visível é atribuída, “além da experiência sensível que dele se pode fazer, um outro estatuto, uma outra função: o visível revela algo. Ele exprime.” (BESSE, 2006, p. 64).

O visível conta algo, uma história, ele é a manifestação de uma realidade da qual ele é, por assim dizer, a superfície. A paisagem é um signo, ou um conjunto de signos, que se trata então de aprender a decifrar, a deciptar, num

---

<sup>3</sup> Toni Negri (pensador e militante italiano) e Michael Hardt (filósofo americano), autores de *Multidão: guerra e democracia na era do Império*, e, segundo Pelbart (2011), responsáveis pela primeira grande cartografia do terceiro milênio, adotando um recorte ao mesmo tempo histórico e filosófico, cultural e econômico, político e antropológico para afirmar que estamos no tempo do Império.

esforço de interpretação que é um esforço de conhecimento, e que vai, portanto, além da fruição e da emoção. A idéia é que há de se ler a paisagem. É nessa perspectiva que estão situadas as ciências da terra no século XIX, e em particular a geografia, que fez da paisagem seu objeto específico, ao menos no início do século XX. (BESSE, 2006, p. 63, 64).

A paisagem como conjunto de signos é tomada como objeto de estudo por várias áreas além da geografia, como a história, a sociologia, a arquitetura, o urbanismo, dentre outras.

Nessa perspectiva, o conceito de paisagem não [se reduz unicamente ao que é visto], é antes um território ou um sítio. Mesmo que este sítio ou este território sejam visíveis, seu ser não se reduz a sua visibilidade. O problema que se coloca neste último caso é de conseguir apreender a relação entre a dimensão visível da paisagem e aquela que não é. Ler a paisagem é extrair estruturas, formas, fluxos, tensões, direções e limites, centralidades e periferias. (BESSE, 2006, p. 63, 64).

Há uma relação intrínseca entre paisagem e a questão espacial. A paisagem de um determinado lugar, região ou país, resulta, dentre outros, de processos de produção do espaço ao longo da história, ou seja, da ação dos diversos atores envolvidos nesses processos. Talvez, como metáfora, possa-se dizer que a paisagem seja a ponta visível de um *iceberg* que representa o espaço, ou uma espacialidade. A maneira como o espaço e sua instrumentalidade foram compreendidos e interpretados, pelo menos a partir do final do século XIX, revela diferentes formas de como as questões geográficas foram tratadas até a contemporaneidade. Soja (1993) afirma que no *fin-de-siècle* ampliado, ou seja, no período de 1880 a 1920, tanto a espacialidade ficou subordinada na teoria social crítica<sup>4</sup> quanto a instrumentalidade do espaço foi perdida de vista no discurso político e prático. Isso significou que a política e a ideologia embutidas na construção social das geografias humanas assim como a manipulação dessas geografias na reestruturação e expansão do capitalismo nesse período tornaram-se invisíveis.

Parte da história da submersão do espaço na teoria social do início do século XX se relaciona, provavelmente, com a rejeição teórica explícita da causalidade ambiental e de todas as explicações físicas ou externas dos processos sociais e da formação da consciência humana. A sociedade e a história estavam sendo separadas da natureza e ingenuamente providas de ambientes que lhes conferissem o que se poderia chamar de relativa autonomia do social em relação ao espacial. (SOJA, 1993, p. 46)

Se houve (ou se ainda há) subordinação do espaço (ou da espacialidade) em relação ao tempo na teoria social crítica, qual a importância de trazer à tona a questão? Como ocorreu este processo de subordinação?

---

<sup>4</sup> Segundo Soja (1993, p. 22), o eixo central da teoria social crítica sempre foi a constante reafirmação de que o mundo pode ser modificado pela ação humana, pela práxis, em contraste com a manutenção do *status quo*, diferente das teorias sociais que meramente racionalizam as condições existentes, as quais tendem a ser mecânicas, normativas, científicas ou instrumentais, em vez de críticas.

Soja (1993, p. 34, 35) observa que as três dimensões mais básicas e formadoras da existência humana são o espaço, o tempo e o ser, sendo que a fonte geradora de todas as teorias sociais, sejam elas críticas ou outras, é o modo como o nexos ontológico espaço-tempo--ser é conceitualmente especificado e recebe um sentido particular na explicação dos eventos e ocorrências concretos. A experiência da modernidade (entendida como a especificidade de se estar vivo, no mundo, num dado momento e lugar particulares, ou como um sentimento individual e coletivo vital de contemporaneidade) capta sensibilidades que refletem os sentidos específicos e mutáveis daquelas três dimensões. A utilidade dessa experiência apresenta-se “como meio de ressituar os debates sobre a história e a geografia na teoria social crítica, e de definir o contexto e a conjuntura da pós-modernidade.”

Assim como o espaço, o tempo e a matéria delineiam e abrangem as qualidades do mundo físico, a espacialidade, a temporalidade e o ser social podem ser vistos como as dimensões abstratas que, em conjunto, abarcam todas as facetas da existência humana. [...] a ordem espacial da existência humana provém da produção (social) do espaço, da construção de geografias humanas que refletem e configuram o ser no mundo. [...] a ordem temporal se concretiza na construção da história, [...] numa dialética evolutiva que tem constituído o cerne ontológico do pensamento marxista há mais de cem anos. [...] a ordem social do ser no mundo pode ser vista como algo que gira em torno da constituição da sociedade, da produção e reprodução das relações, das instituições e das práticas sociais. (SOJA, 1993, p. 35).

Em Berger<sup>5</sup>, Soja (1993) vê uma série de argumentos (geográficos) que definem a virada pós-moderna contra as determinações históricas e o anúncio da necessidade de uma narrativa explicitamente espacializada, em função do “reconhecimento de uma profunda reestruturação da vida contemporânea [...] que resulta em modificações significativas [...] em nossas “maneiras de ver”.

Nossa urgente consciência do desenvolvimento geograficamente desigual e o sentimento revigorado de nossa responsabilidade política pessoal por ele, como um produto coletivamente criado por nós, espacializa o momento contemporâneo e revela o discernimento a ser extraído de uma compreensão mais profunda da crise contemporânea e da reestruturação da literatura e da ciência, de nossa vida cotidiana [...]. A profecia implica, agora, uma projeção mais geográfica do que histórica; é o espaço, e não o tempo, que nos oculta as conseqüências. (SOJA, 1993, p. 32, 33).

O reconhecimento dessa profunda reestruturação da vida contemporânea e de uma consciência explícita do desenvolvimento geograficamente (e não apenas historicamente) desigual, como afirma Soja (1993, p. 33), levam a um modo diferente de ver o mundo, em que a geografia fornece a mais reveladora perspectiva crítica. Essa

---

<sup>5</sup> John Berger, para Soja “o mais espacialmente visionário dos historiadores da arte”, autor de *A question of geography*.

especialização do pensamento crítico convoca a um equilíbrio interpretativo adequado entre o espaço, o tempo e o ser social, ou seja, à criação das geografias humanas, à construção da história e à constituição da sociedade e não tem, como alerta Soja (1993, p. 33), que projetar uma anti-história simplista. Apesar do reconhecimento implícito de que a história foi até hoje aceita como o modo privilegiado da revelação e do discurso críticos, bloqueando a importância da espacialidade da vida social, não se questiona a importância da história, mas sim o predomínio de um historicismo do pensamento crítico.

Voltando à segunda pergunta formulada acima, como ocorreu este processo de subordinação?

Soja (1993, p. 17, 18) observa que “uma epistemologia essencialmente histórica continua a perpassar a consciência crítica da moderna teoria social”, que “ainda compreende o mundo, primordialmente, através da dinâmica decorrente do posicionamento do ser e do devir sociais nos contextos interpretativos do tempo”, em detrimento de uma espacialização do pensamento e da experiência, caracterizando o que esse autor chama de um historicismo da consciência teórica. A lógica desse historicismo consiste em uma “redução racional do sentido e da ação à constituição e à experiência temporais do ser social” (SOJA, 1993, p. 21). A hegemonia desse historicismo tendeu a obstruir uma igual sensibilidade crítica à espacialidade da vida social, uma consciência prático teórica que vê o mundo vital do ser como algo criativamente localizado, não apenas na construção da história, mas também na construção das geografias humanas. (SOJA, 1993, p. 18).

Para Soja (1993, p. 54), o filósofo marxista francês Henri Lefebvre é a origem da geografia humana crítica pós-moderna, a fonte primordial do ataque ao historicismo e da reafirmação do espaço na teoria social crítica, o mais avançado materialista histórico e geográfico, sendo que sua constância abriu caminho para a multiplicidade de outras tentativas de espacialização, desde Sartre, Althusser e Foucault, até Poulantzas, Giddens, Harvey e Jameson.

Segundo Soja (1993, p. 117), a “a análise espacial marxista em escala urbana evoluiu, ao longo da década de 1970, juntamente com um desenvolvimento mais amplo que combinou diversas ênfases disciplinares (econômica, sociológica e geográfica) num foco comum sobre a economia política da urbanização.”

A cidade passou a ser vista não apenas nem seu papel distintivo de centro da produção e acumulação industrial, mas também como o ponto de controle da reprodução da sociedade capitalista em termos da força de trabalho, da troca



e dos padrões de consumo. O planejamento urbano foi criticamente examinado como um instrumento do Estado, que atendia às classes dominantes através da organização e reorganização do espaço urbano em benefício da acumulação de capital e da administração da crise. Deu-se grande atenção não somente às contradições no local de trabalho (o ponto de produção), mas também ao conflito de classes em torno da habitação e do meio ambiente construído, à prestação e à localização dos serviços públicos pelo Estado, ao desenvolvimento econômico das comunidades e dos bairros, às atividades das organizações financeiras e a outras questões que giravam em torno do modo como o espaço urbano era socialmente organizado para o consumo e a reprodução. Assim, uma problemática espacial especificamente urbana - incorporada na dinâmica dos movimentos sociais urbanos - foi colocada na agenda das considerações teóricas e da ação social radical. (SOJA, 1993, p. 118).

Soja (1993, p. 119) observa que Lefebvre reconheceu uma profunda transformação evolutiva ligada à sobrevivência do capitalismo no século XX, que se traduz na afirmação de que

estamos num período em que a problemática urbana tornou-se mais decisiva, em termos políticos, do que as questões da industrialização e do crescimento econômico. Em contraste com uma época anterior, em que a industrialização produzia o urbanismo, estamos agora diante de uma situação em que a industrialização e o crescimento econômico, bases da acumulação capitalista, são primordialmente moldados pela e através da produção social do espaço urbanizado, planejada e orquestrada com crescente poder pelo Estado, e que se expande rumo a um abarcamento cada vez maior da população e dos recursos mundiais. (SOJA, 1993, p. 119, 120).

Lefebvre (2008, p. 58) observa que, ao partir do início da década de 1970, começa uma mudança de perspectiva em matéria de urbanística. Embora algumas reflexões teóricas anteriores a esse período procurassem constituir uma epistemologia, uma região do saber, ou seja, uma ciência do espaço, capaz de alçar a prática e a técnica urbanísticas para o âmbito da cientificidade, o espaço urbano aí considerado era isolado do contexto, aparecendo como um dado, uma dimensão específica da organização social e, como objeto de ciência, provido de uma objetividade e “pureza” que lhe conferiam um caráter neutro, não político. Entretanto, sendo esse espaço objetivo e neutro, dependente, portanto das matemáticas, da tecnologia, de uma lógica, e configurando-se a ciência do espaço como uma ciência de um espaço formal, de uma forma espacial, a logística nela envolvida implicaria numa soma de constrangimentos sobre o seu conteúdo, ou seja,

[...] se nos voltarmos para o estudo do que vem a povoar essa forma, seja a necessidade das pessoas, seja suas reivindicações, se centrarmos a reflexão sobre o conteúdo e não sobre a forma “pura”, o que garante que esse conteúdo vai entrar nessa forma sem sofrer certas afrontas? O que garante que as pessoas e suas necessidades vão se deixar inserir na logística sem resistência? (LEFEBVRE, 2008, p. 60).

Para Lefebvre a mudança de perspectiva observada ancora-se justamente na tomada de consciência de que “o espaço é político. O espaço não é um *objeto científico* descartado pela ideologia ou pela política: ele sempre foi político e estratégico.” (LEFEBVRE, 2008, p. 61). Afirmando que o espaço é um produto da história, Lefebvre observa que ele “foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente” (2008, p. 62), e que, sendo político e ideológico, existe, portanto, uma ideologia do espaço, “porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, [...] é um produto social. [...] A análise crítica define como e de acordo com qual estratégia determinado espaço constatável foi produzido” (2008, p. 62). A ciência do espaço, portanto, não se resumindo a uma ciência do espaço formal, próxima das matemáticas, reparte-se em vários níveis, não constitui uma ciência unitária e global, não culmina numa logística do espaço, o que prova, segundo o autor, que existem contradições do espaço. Nesse sentido, “o método para abordar os problemas do espaço não pode consistir unicamente num método formal, lógica ou logística; analisando as contradições do espaço na sociedade e na prática social, ele deve e pode ser, também, um *método dialético*. (2008, p. 64).

Uma política do espaço, em sentido amplo, segundo Lefebvre (2008, p. 73), deve reunir a apropriação do tempo e do espaço pelos usuários, pelos indivíduos e pelos grupos, unindo essa apropriação à organização sócio-econômica e levando em conta a complexificação da sociedade, ou seja, o fato de que a sociedade torna-se cada vez mais complexa e diversificada. Uma política do espaço deve considerar, dentre outras questões, os riscos de desaparecimento, destruição e autodestruição da natureza, o aumento das desigualdades de crescimento e de desenvolvimento, em função de processos de centralização política e de segregação espacial, e o domínio da produção do habitat e do espaço urbano pelo capital imobiliário.

No que tange à natureza, as questões envolvidas são justamente aquelas que evocam a superação das antinomias do comum, citadas anteriormente em Hardt (2012), e que se configuram em função do foco diferenciado que, por um lado os movimentos sociais anticapitalistas e, por outro, os movimentos sociais de cunho ecológico em geral dão ao comum. Nesse sentido, é em função da luta pelo que Lefebvre chama de “novas raridades”, quais sejam a água, o ar, a luz, o espaço, que é preciso compreender o urbanismo. Daí uma desejada gestão e posse coletiva dos meios de produção, uma desejada gestão social da produção em função das necessidades sociais. A luta

biopolítica se impõe. “[...] Assim como o espaço, a natureza encontra-se politizada, porque está inserida em estratégias conscientes ou inconscientes.” (LEFEBVRE, 2008, p. 67).

Na visão de Lefebvre (2008, p. 65), a natureza não pode mais ser considerada apenas como uma espécie de símbolo poético, designando algo que escapa à ação racionalmente conduzida, pois sendo passível de ser formada, modelada, transformada, ou seja, controlada, ela apresenta-se como um produto da ação humana. “A própria face da Terra, isto é, a paisagem, é obra humana.” (LEFEBVRE, 2008, p. 65). A ameaça de devastação, de aniquilamento e, portanto, de riscos à própria espécie humana, em função do controle e da dominação sobre a natureza, impõe uma estratégia. “Eis a natureza politizada” (2008, p. 65), na análise de Lefebvre. Para ele, já “é preciso prever o momento em que será preciso reproduzir a natureza” (2008, p. 67), que foi justamente a condição elementar da produção, com o espaço e no espaço. Face a esse processo de devastação, a crítica de direita “divaga em lamúrias sobre a beleza desaparecida das paisagens, sobre a pureza e a inocência da natureza que se distancia; um rousseauísmo que parecia anacrônico torna-se atual” (2008, p. 65), o que evoca, nos dizeres desse autor, uma “grande nostalgia passadista”, uma “lamentação sobre a natureza perdida”

A crítica de esquerda tenta ver as implicações e as conseqüências dessa devastação da natureza, dessa destruição. De fato, há uma espécie de auto-destruição da natureza no e pelo “homem”, que emerge da natureza, que nasce dela e se volta contra ela para exterminá-la.” (Lefebvre, 2008, p. 66).

Observando que o reverso e a contrapartida da destruição da natureza estão na produção do espaço, Lefebvre (2008, p. 139) afirma que essa produção supõe o emprego das forças produtivas e das técnicas existentes, assim como da iniciativa de grupos ou classes capazes de intervir a uma grande escala e, portanto, das ideologias e das representações (sobretudo espaciais) a eles correspondentes, ou seja, das relações sociais de produção.

Hoje as classes dominantes se servem do espaço como de um instrumento [...] para vários fins: dispersar a classe operária, reparti-la nos lugares prescritos, organizar os fluxos diversos subordinando-os a regras institucionais; subordinar, por conseguinte, o espaço ao poder; controlar o espaço e reger, tecnocraticamente, a sociedade inteira, conservando as relações de produção capitalistas. (Lefebvre, 2008, p. 160).

Talvez seja possível associar essa instrumentalização do espaço a determinados desdobramentos da adoção de políticas de desenvolvimento sustentável, tais como os riscos de segregação espacial e gentrificação, em nome da luta contra a destruição da natureza, sobretudo no que diz respeito à questão habitacional, que, para Lefebvre

(2008, p. 161), “tornou-se uma parte da questão urbana” e, portanto, “uma parte da questão do espaço”, questões que “só podem ser resolvidas por uma gestão e por uma apropriação coletivas do espaço”:

A posse e a gestão coletiva do espaço têm, evidentemente, uma condição prévia: a supressão da propriedade do solo. Como? Ainda não se encontrou a fórmula adequada. (Lefebvre, 2008, p. 162).

### 3. Espacializações incertas

Em entrevista à revista francesa de geografia radical *Hérodote* (FIGURA 1) no final da década de 1970, Michel Foucault foi questionado quanto à invisibilidade da geografia em sua obra, que privilegiava o fator tempo, com o risco do que os entrevistadores chamaram de “espacializações incertas”, apesar de reconhecerem que o trabalho que Foucault havia realizado até então recobria e alimentava em grande parte a reflexão que eles realizavam em geografia, e mais amplamente, sobre as ideologias e estratégias do espaço. Essas “espacializações incertas”, entretanto, contrastavam com uma profusão de metáforas espaciais e mesmo geográficas empregadas por Foucault. Entre as metáforas espaciais, posição, deslocamento, lugar, campo; entre as geográficas, território, domínio, solo, horizonte, arquipélago, geopolítica, regiões, paisagem. Foucault, em suas respostas, observa que foi muito reprovado por certas obsessões espaciais, mas afirma que

através delas, creio ter descoberto o que no fundo procurava: as relações que podem existir entre poder e saber. Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos. (FOUCAULT, 2011, p. 158).

Os entrevistadores de *Hérodote* observam que, apesar de considerações contrárias, as metáforas espaciais não são reacionárias, tecnocráticas ou ilegítimas, uma vez que se apresentam como sintoma de um pensamento “estratégico”, “combatente”, que coloca o espaço do discurso como terreno e objeto de práticas políticas. Face a essas colocações, Foucault defende que “seria necessário fazer uma crítica dessa desqualificação do espaço que vem reinando há varias gerações” (FOUCAULT, 2011, p. 159). Para ele, isso teria começado com Bergson<sup>6</sup>, ou mesmo antes.

---

<sup>6</sup> Henri Bergson, filósofo e diplomata francês (Paris, 1859 - 1941), segundo Soja (1993, p.151) “um dos mais vigorosos instigadores da extraordinária desvalorização e subordinação do espaço comparado ao tempo. Para Bergson, o tempo, âmbito vital da *durée* [duração], era o portador da criatividade, do espírito, do sentido, do sentimento, da “verdadeira realidade” de nosso mundo e nossa consciência. O espaço, na



**Figura 1** - Imagem publicada na capa do número 2 da revista francesa *Hérodote* – *Revue de géographie et de géopolitique*, que mostra uma sala de aula com uma série de alunos, que na realidade são pensadores famosos (Marx, Stálin, Lénin, Mao, Proudhon, Gramsci, Kropotkin... e até mesmo H. Kissinger no canto, com um chapéu de burro, na época ministro norte-americano para as relações exteriores) e que estão observando um quadro-negro, no qual está desenhado um mapa. Todos eles estão aprendendo geografia, ou seja, estão procurando rever as suas idéias a partir de uma perspectiva espacial<sup>7</sup>.

O espaço é o que estava morto, fixo, não dialético, imóvel. Em compensação, o tempo era rico, fecundo, vivo, dialético. A utilização de termos espaciais tem um quê de anti-história para todos que confundem a história com as velhas formas da evolução [...]. Se alguém falasse em termos de espaço, é porque era contra o tempo. É porque “negava a história”, como diziam os tolos, é porque era “tecnocrata”. Eles não compreendem que, na demarcação

forma do intelecto categorizador, foi visto como orientando a mente para a quantidade e a mensuração e, portanto, foi visto como pulverizando em pedaços sem sentido o curso fluente da duração e fazendo o tempo desmoronar em suas próprias dimensionalidades físicas. Segundo Lefebvre, citado por Soja (1993, p.151), essa visão bergsoniana “joga todos os pecados no espaço” e separa rigidamente o espaço e o tempo como ciência *versus* filosofia, forma *versus* vida, numa dicotomização [...] que iria influenciar [...] muitos [...] historicizadores durante todo o século XX.”

<sup>7</sup> Fonte: <http://chicomarchese.com/a-geografia/o-que-e-geografia-critica/>. Acesso em: 17/fev/2014.

das implantações, das delimitações, dos recortes de objetos, das classificações, das organizações de domínios, o que se fazia aflorar eram processos - históricos certamente - de poder. A descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados. (FOUCAULT, 2011, p. 159).

Soja (1993, p. 28, 29) vê aí, na argumentação de Foucault, “os ingredientes inquisitivos para um ataque direto ao historicismo como fonte de desvalorização do espaço”, e, na exploração persistente daquilo que Foucault chamou de “interseção fatal entre o tempo e o espaço”, a perspectiva emergente de uma geografia humana crítica pós-historicista e pós-moderna. Para Foucault, “o espaço em que vivemos, onde ocorre o desgaste de nossa vida, nossa época e nossa história, [...] é um espaço heterogêneo. [...] não vivemos numa espécie de vazio dentro do qual possamos situar indivíduos e coisas, [...] mas num conjunto de relações [...].” (FOUCAULT, 1986, p. 23 *apud* SOJA, 1993, p. 25). Soja observa que

esses espaços heterogêneos de localizações e relações - as heterotopias de Foucault - são constituídos em todas as sociedades, mas assumem formas muito variadas e se modificam ao longo do tempo à medida em que “a história se desdobra” em sua espacialidade inerente. [...] o cemitério, a igreja, o teatro e o jardim, o museu e a biblioteca [...], o quartel e a prisão [...], o bordel e a colônia. Ele contrasta esses “lugares reais” com os “espaços fundamentalmente irrealis” das utopias, que apresentam a sociedade numa “forma aperfeiçoada”. (SOJA, 1993, p. 25).

Essas heterotopias dizem de uma “espacialidade efetivamente vivida e socialmente criada, simultaneamente concreta e abstrata, a contextura das práticas sociais.” (SOJA, 1993, p. 26). Foi se voltando para os debates sobre o estruturalismo, “uma das mais importantes vias do século XX para a reafirmação do espaço na teoria social crítica”, segundo Soja, que Foucault, ilustrou sua interpretação inovadora do espaço e do tempo.

O estruturalismo, ou, pelo menos, aquilo que se reúne sob essa denominação um tanto genérica demais, é o esforço de estabelecer, entre elementos que poderiam ligar-se num eixo temporal, um conjunto de relações que faz com que eles apareçam justapostos, contrabalançados uns com os outros, em suma, como uma espécie de configuração. Na verdade, o estruturalismo não implica negação do tempo; implica uma certa maneira de lidar com o que chamamos de tempo e com o que chamamos de história. (FOUCAULT, 1986, p. 23 *apud* SOJA, 1993, p. 26, 27).

Soja (1993, p. 27) vê nessa “configuração” sincrônica “a espacialização da história, a feitura da história entremeada com a produção social do espaço, a estruturação de uma geografia histórica”, o que se traduz numa “abertura da história para uma geografia interpretativa”.

Ao final da entrevista dada ao já citado periódico francês *Hérodote*, Foucault afirma:

Cada vez mais me parece que a formação dos discursos e a genealogia do saber devem ser analisadas a partir não dos tipos de consciência, das modalidades de percepção ou das formas de ideologia, mas das táticas e estratégias do poder. Táticas e estratégias que se desdobram através de implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles de territórios, das organizações de domínio que poderiam constituir uma espécie de geopolítica [...]. (FOUCAULT, 2011, p. 165).

#### 4. Interpretação materialista da espacialidade

“O espaço da natureza está repleto de política e ideologia, de relações de produção e da possibilidade de ser significativamente transformado”. Essa afirmação de Soja (1993, p. 148) reitera o que já foi citado anteriormente em Lefebvre e abre caminho para que ele aponte o reconhecimento da espacialidade socialmente produzida como a fonte geradora de uma interpretação materialista da espacialidade (1993, p. 147). “Os espaços da natureza e da cognição estão incorporados na produção social da espacialidade, como também são significativamente transformados nesse processo” ou, complementando, “no contexto da sociedade, a natureza, como a espacialidade, é socialmente produzida e reproduzida, apesar de sua aparência de objetividade e separação.” (1993, p. 148). O autor recorre a Neil Smith que, segundo ele, teria captado o sentido dessa produção social da natureza:

A idéia da produção da natureza é realmente paradoxal, a ponto de soar absurda, se julgada pela aparência superficial da natureza na sociedade capitalista. A natureza costuma ser vista precisamente como aquilo que não pode ser produzido; é a antítese da atividade produtiva humana. Em sua aparência mais imediata, a paisagem natural apresenta-se a nós como o substrato material da vida cotidiana [...]. Mas, com o progresso da acumulação do capital e a expansão do desenvolvimento econômico, esse substrato material é, cada vez mais, um produto da produção social [...]. Quando essa aparência imediata da natureza é situada no contexto histórico, o desenvolvimento da paisagem material se apresenta como um processo de produção da natureza. Os resultados diferenciados dessa produção da natureza são os sintomas materiais do desenvolvimento desigual. (SMITH, 1984, apud SOJA, 1993, p. 148, 149).

Para Soja (1993, p. 155), a contingência espacial da ação social nunca recebeu de Marx uma interpretação materialista efetiva, embora ele tenha abordado, não tão diretamente, a problemática básica da dialética sócio-espacial, ou seja, “o fato de as relações sociais serem, simultânea e conflitantemente, formadoras do espaço e contingentes ao espaço”.

Marx tratou o espaço, primordialmente, como um contexto físico, a soma dos locais de produção, o território dos diferentes mercados, a fonte de um rude desgaste da distância, a ser “aniquilado” pelo tempo e pelas operações cada vez desembaraçadas do capital. (SOJA, 1993, p. 155).

Pensadores como Poulantzas e Lefebvre criticaram o marxismo pela incapacidade de perceber “a espacialização material e ideológica associada ao desenvolvimento e à sobrevivência do capitalismo, uma espacialização intimamente vinculada à divisão social do trabalho, [...] às expressões do poder econômico, político e ideológico”, como observa Soja (1993, p. 146). Ele enumera inúmeras tentativas conflituosas em que o desenvolvimento do capitalismo industrial se enraizou para a construção de uma espacialidade própria (produção social do espaço no capitalismo):

a destruição das relações feudais de propriedade e a turbulenta criação de um proletariado “liberto” de seus meios de subsistência anteriores; os desarraigamentos correlatos, associados ao progressivo fechamento e mercantilização das terras rurais e urbanas; a extensa concentração geográfica da força de trabalho e da produção industrial nos centros urbanos (e a destruição concomitantemente, embora incompleta, das formas anteriores de urbanização, industrialização e vida rural); a separação induzida entre o local de trabalho e a residência, e a padronização igualmente induzida dos usos da terra urbana e do meio ambiente construído do urbanismo; a criação de mercados regionais diferenciados e a extensão do papel territorial do Estado capitalista; e os primórdios de uma expansão do capitalismo para uma escala global. (SOJA, 1993, p. 157).

O entrelaçamento dialético das estruturas sociais e espaciais, como observa Soja (1993) constitui o fundamento teórico da interpretação materialista da espacialidade, que ele explica como sendo o reconhecimento de que “a vida social é materialmente constituída em sua geografia histórica, de que as estruturas e as relações espaciais são as manifestações concretas das estruturas e relações sociais que evoluem no tempo, seja qual for o modo de produção.” (SOJA, 1993, p. 156). Para ele a reconceituação da teoria social crítica pós-moderna, contemplando a espacialidade da vida social contemporânea, e o desenvolvimento de um materialismo histórico geográfico colocam-se como fundamentais no processo de compreensão e mudança das espacializações capitalistas.

## **5. Considerações retrospectivas**

Os argumentos dos autores aos quais este texto recorreu revelam uma série de dicotomias e antinomias decorrentes de diferentes abordagens ou interpretações das relações entre tempo e espaço, sociedade e natureza. A possibilidade de superação dessas dicotomias e antinomias concorre para um desejado e dinâmico equilíbrio entre os diferentes grupos sociais que interagem no tempo e no espaço. Dessa forma, pode-se



elencar uma série de conceitos abordados que se ligam a essa problemática, quais sejam: necessidade de crescimento econômico devido ao desafio da pobreza *versus* proteção ambiental; comum social/econômico *versus* comum ecológico ou natural; sociedade *versus* natureza; cientistas sociais *versus* ecólogos; natureza *versus* *habitat* humano; autonomia do social em relação ao espacial; subordinação do espaço ao tempo; determinações históricas *versus* narrativas espacializantes; projeção histórica *versus* projeção geográfica; privilégio da história *versus* bloqueio da espacialidade na vida social; predomínio do historicismo do pensamento crítico; epistemologia essencialmente histórica *versus* espacialização do pensamento e da experiência; espaço neutro *versus* espaço político; forma “pura” *versus* conteúdo; espaço objetivo *versus* espaço como produto social; método formal de análise do espaço *versus* método dialético; natureza como símbolo poético *versus* natureza como obra humana; destruição da natureza *versus* produção (social) do espaço; subordinação do espaço ao poder; espacializações incertas *versus* profusão de metáforas espaciais (em Foucault); acusação de reacionarismo das metáforas espaciais *versus* configuração de um sistema de pensamento estratégico, combatente; desqualificação do espaço *versus* valorização do tempo; descrição espacializante dos fatos discursivos *versus* negação da história; heterotopias (lugares reais) *versus* utopias (lugares irrealis); história *versus* geografia.

Esses elementos, assim elencados esquematicamente dão uma idéia da complexidade embutida em uma abordagem teórica que dê suporte a necessárias reflexões a cerca de uma série de contradições que se constituíram histórica e geograficamente e que se manifestam na pós-modernidade, enfatizando a importância das questões advindas do estudo do espaço, do qual a paisagem é uma componente significativa.

## Referências

BERQUE, Augustin. De paysage en outre-pays. In: ROGER, Alain. (Org). *La théorie du paysage em France*. Seyssel: Editions Champs Vallon, 1995. p. 346 - 359.

BESSE, Jean-Marc. *Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. São Paulo: Perspectiva. 2006.

CHABASON, Lucien. Pour une politique du paysage (entretien avec Odile Marcel). In:

ROGER, Alain. (Org). *La théorie du paysage em France*. Seyssel: Editions Champs Vallon, 1995. p. 260 - 272.

COLLOT, Michel. Points de vue sur la perception des paysages. In: ROGER, Alain. (Org). *La théorie du paysage em France*. Seyssel: Editions Champs Vallon, 1995. p. 210 - 223.

CONVENÇÃO EUROPÉIA DA PAISAGEM. Florença, 2000. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/siii/docs/dec4-2005.pdf>>. Acesso em abril de 2013.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011. \_\_\_\_\_. *Of other spaces*. Diacritics, 1986.

GORGEU, Yves ; JENKINS, Catherine. La Charte Paysagère: outil d'aménagement de l'espace intercommunal. Editions de La Documentation Française, 1995, apud

PEREIRA, Élson Manuel; FELIPE; Ana Paula. Análise Visual da Paisagem: mais um elemento para a elaboração de um Plano Diretor. Florianópolis, [20--], p. 2. Disponível em: <<http://www.cce.ufsc.br/~elson/409.pdf>>. Acesso em abril de 2013.

GUATTARI, Félix. As três ecologias. Campinas: Papyrus. 2006.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes. 2011.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre: 2004.

HARDT, Michael. As duas faces do Apocalipse: uma carta de Copenhague. In: *Lugar Comum: Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 37 - 38. mai-dez 2012.

LEFEBVRE, *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MONTE-MÓR, Roberto L. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M. et al. (Org). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur. 1994.

PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2011.

PEREIRA, Élson Manuel; FELIPE; Ana Paula. Análise Visual da Paisagem: mais um elemento para a elaboração de um Plano Diretor. Florianópolis, [20--], p. 2. Disponível em: <<http://www.cce.ufsc.br/~elson/409.pdf>>. Acesso em abril de 2013.

SMITH, Neil. *Uneven Development*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil. 2006.

WIKIPÉDIA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Antinomia>. Acesso em: 26/02/2014.